

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES: APONTAMENTOS PARA O INÍCIO DE UMA DISCUSSÃO*

Margarida de Souza Neves

Uma questão nova começa a se impor aos Departamentos de História no país: como distinguir o produto final dos cursos de graduação, as monografias de final de curso que começam a ser exigidas tanto aos licenciados como aos bacharelados em muitos dos Departamentos de História das dissertações de mestrado? E como diferenciar estes trabalhos das teses de doutoramento? Como relacionar os trabalhos que marcam a conclusão dos três níveis de formação do profissional em História?

Em primeiro lugar, cabe sublinhar o lado positivo das perguntas acima formuladas: não deixa de ser grato constatar que para muitos dos Departamentos de História o problema é de adequação dos diferentes tipos de textos de conclusão de um determinado estágio da formação de seus alunos a seus objetivos e não mais de implantação dos vários níveis e Programas. De fato, é possível constatar uma relativa maturidade na área, que conta já com excelentes cursos de Graduação e uma sólida estrutura de Programas de Pós-Graduação.

Uma boa parte dos Departamentos de História das IES do país contam atualmente com a graduação consolidada - apesar dos problemas de mercado de trabalho, certamente preocupantes. A conclusão dos cursos de graduação começa a supor um exercício final de escrita em história, essencial para a formação de profissionais qualificados. Surpreendentemente, algumas dessas monografias de final de curso conseguiram romper a estreiteza do mercado editorial e foram publicadas como artigos e mesmo como livros¹. A recente implantação da I Jornada de Iniciação Científica no âmbito da SBPC demonstrou a maturidade de alguns tra-

Margarida de Souza Neves é professora da PUC/RIO E da Universidade Federal Fluminense.

* Documento de trabalho apresentado ao Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em História - Belo Horizonte - 1994.

balhos de graduação pelo país inteiro e a proliferação de grupos de Iniciação Científica². As jornadas de IC nas várias Universidades acompanham também a apresentação oral de seus trabalhos. O efeito desta prática já se fez sentir nas reuniões regionais da ANPUH deste ano: aumentou significativamente a presença de alunos de graduação na assistência das conferências e mesas redondas e, timidamente, algumas comunicações coordenadas contaram com a presença de graduandos bolsistas de IC como expositores.

É possível enxergar na exigência das monografias de final de curso de graduação não apenas algo extremamente positivo em si mesmo, na medida em que supõe uma efetiva iniciação à pesquisa em história e à escrita em história para os futuros professores e pesquisadores egressos da graduação, como também um elemento importante para uma relação mais orgânica entre graduação e pós-graduação, já que os alunos passam a estar melhor preparados para ingressar em Programas de Pós-Graduação, tendo inclusive enfrentado os desafios e a aventura da escrita de um texto mais extenso e pessoal do que aqueles exigidos nas disciplinas. Por outro lado, os docentes que se encarregam desta orientação de trabalhos de final de curso ou bem são os docentes pesquisadores mais qualificados e titulados da IES - e que portanto atuam na pós-graduação - ou bem são professores em treinamento, engajados eles próprios em Programas de Doutorado - e que podem ter na orientação das monografias um importante exercício que os prepare para, no futuro, orientarem dissertações e teses.

Uma prática academicamente muito interessante e que vem se multiplicando nas várias IES é das equipes de pesquisa que congregam, em seminários, em torno ao Projeto de Pesquisa de um professor pesquisador senior, a uma Linha de Pesquisa ou Projeto Integrado, docentes, doutorandos, mestrandos, graduandos que se preparam para o ingresso em Programas de Pós-Graduação (bolsistas da AP/B CNPq ou de pré-mestrandos das Fundações Estaduais) e alunos de graduação beneficiários de bolsas de IC/CNPq ou participantes de Grupos PET/CAPES. Estas experiências, ainda incipientes em muitos casos, costumam ser a melhor expressão de um Departamento onde a graduação e a pós-graduação estejam organicamente articuladas e a garantia de um trabalho em equipe fértil no que diz respeito à formação nos distintos níveis, constituindo-se em verdadeiros Laboratórios de Pesquisa.

Os Programas de pós-graduação no país também vem crescendo em número e qualidade. Muitos já contam com os níveis de mestrado e doutorado. O número de dissertações defendidas no país é muito significa-

tivo e várias delas foram publicadas por editoras universitárias e por editoras comerciais. As teses começam a ser numerosas. A tendência é que os programas já existentes completem os dois níveis de pós-graduação e o número de cursos de doutorado aumente em curto prazo. As avaliações da CAPES parecem mostrar que ao aumento em número corresponde, apesar do momento difícil que as Universidades atravessam, um crescimento em qualidade dos Programas de História.

No entanto, ao lado dos aspectos positivos, não poucos problemas se apresentam aos Departamentos de História no momento de definir e explicitar o que é específico das monografias, dissertações e teses. Pressionadas pela justa exigência de um fluxo de alunos mais ágil por parte das agências de fomento, exigência esta que se traduz na nem sempre justa pressão sobre o número de bolsas a ser distribuído pelos Programas; às voltas com um número de orientandos muitas vezes excessivos por razões as mais variadas, inclusive pela tendência dos Programas de Pós-Graduação em tornar-se uma solução de adiamento da entrada efetiva num mercado de trabalho estrangulado e pelo recente surto de aposentadorias, algumas precoces, as coordenações vem tentando encontrar seus diagnósticos e soluções isoladamente.

As sugestões que se seguem - deliberadamente apresentadas de forma esquemática - são apenas um primeiro subsídio para as que tentativas de diagnóstico e solução rompem a barreira do isolamento de cada Programa e da elaboração do conjunto dos coordenadores.

DENOMINADORES COMUNS

Em primeiro lugar, talvez seja útil sugerir ainda que muito brevemente alguns denominadores comuns entre monografias, dissertações e teses, ainda que, como é óbvio, estes elementos comuns se apresentem, em cada caso, em graus e níveis diferenciados.

1. Teses de doutoramento, dissertações de mestrado e monografias de final de graduação são, em primeiro lugar, *textos acadêmicos*. Isto significa que nos três casos devem estar presentes - e de preferência organicamente articuladas - as dimensões teórica, metodológica e empírica que caracterizam textos desta natureza. Em alguns dos trabalhos acadêmicos é possível observar uma curiosa arquitetura: um lugar de apresentar-se como dimensões presentes no trabalho como um todo, a "teoria" e a "metodologia" ganham um lugar específico, geralmente um capítulo inicial que recebe o estatuto de "capítulo teórico metodológico", denso,

erudito e ... por vezes esquizofrênico em relação ao que se segue: os capítulos de análise, que em não poucos casos guardam pouquíssima relação com o “capítulo teórico metodológico” e ressaltam para o empirismo o mais tradicional, a despeito das preocupações e intenções do autor. Também não é pouco freqüente encontrarmos trabalhos que hipertrofiaram uma dessas três dimensões em detrimento das demais.

2. Em nosso caso, são, em segundo lugar *textos de História* e, portanto, devem manejar as categorias fundamentais do trabalho do historiador: temporalidade, espacialidade e agentes sociais, ainda que, naturalmente, a temporalidade possa se traduzir por uma infinidade de possibilidades e seja algo bem mais complexo que o mero tempo cronológico; a espacialidade não se reduza em absoluto ao espaço físico que delimita a pesquisa e por agentes sociais possa entender-se desde o indivíduo isolado até grupos, classes, coletividades, gêneros, instituições, gerações, ou outros atores que se apresentam no cenário público e/ou privado.

3. Não custa lembrar, finalmente, que são *textos acadêmicos de História*. Vale portanto lembrar a bela formulação de um historiador contemporâneo: “A narrativa histórica sem análise é trivial. A análise histórica sem narrativa é incompleta”³. Teses, dissertações e monografias devem cuidar portanto igualmente de sua vertente analítica e de sua vertente narrativa, e devem respeitar exigências técnicas de apresentação normalmente feitas a um texto de sua natureza: bibliografia, notas, citações, e demais aspectos técnicos devem responder a estas exigências.

ELEMENTOS DE DIFERENCIAÇÃO

Muito mais difícil do que fazer um rápido elenco dos elementos constantes presentes em teses, dissertações e monografias é estabelecer as diferenças entre estes trabalhos. A título introdutório apresentamos aqui alguns tópicos a serem discutidos pelo grupo:

1. A grande “crise de identidade” se refere às *dissertações de mestrado*. Talvez isso se deva ao fato de, por longo tempo, a maioria dos Programas de Pós-Graduação em História oferecessem apenas o nível de mestrado. Atualmente, com a multiplicação de cursos de Doutorado, e a exigência da monografia de final de graduação de muitas IES, a dissertação de mestrado precisa ser melhor definida tanto em relação a um trabalho inicial como a monografia quanto no que diz respeito à tese de doutorado. A ênfase nas observações que se seguem incidirá, portanto, sobre a dissertação de mestrado e, por diferenciação, complementarida-

de ou exclusão, pode permitir o debate sobre monografias e teses.

2. Existe consenso em torno à idéia de *redimensionar* as dissertações de mestrado, em geral consideradas superdimensionadas. O consenso se dilui quando tentamos estabelecer o que significa redimensionar as dissertações. Para alguns, as dissertações da área de história são “verdadeiras teses de doutorado”. Para outros elas “tem a dimensão de teses de doutorado, mas não as qualidades exigidas de um trabalho de doutoramento”.

3. Alguns dos Programas mais respeitados da área das ciências sociais encontraram uma solução de ordem quantitativa para a questão do redimensionamento das dissertações e teses: definiram uma e outra pelo número de páginas máximo para cada um dos trabalhos: assim uma dissertação é um texto de , no máximo, 100 páginas, enquanto uma tese de doutorado é um texto de, no máximo 300 páginas. O problema parece ser que o critério quantitativo nem sempre é um indicador suficiente, ainda que possa ser necessário se, por um lado, for indicador e não uma camisa de força e, por outro souber respeitar diferenças relativas à natureza do trabalho ou ao estilo de seu autor: o problema é que o fato de ter “x” ou “y” páginas não é um bom critério para definir uma tese ou uma dissertação, já que este critério não leva em conta o que há escrito nessas “x” ou “y” páginas.

4. Outros Programas assumiram posições mais radicais e experimentam o que chamam “modelo americano” do “mestrado sem tese”. Na prática, o modelo pode funcionar de duas maneiras: ou bem substitui-se a dissertação pelos trabalhos de curso ou por um número “x” de “papers”, ou bem a dissertação de mestrado passa a ser exigida apenas para os que, tendo concluído os créditos de disciplinas de mestrado não queiram fazer o doutorado ou não sejam aprovados no exame de qualificação para o doutorado. O mestrado passa a ser assim, prioritariamente, um módulo de doutorado. A contrapartida deste modelo é a desvalorização do título de mestre, reservado aos que não querem ou não podem aspirar ao doutorado. Outra dificuldade que decorre deste modelo é a diferenciação entre mestrado e especialização.

5. Talvez um elemento que permita um redimensionamento das dissertações em história e que seja de ordem qualitativa seja a ênfase na *delimitação do objeto e do corpus documental a ser analisado*. O papel do orientador teria, nesse particular, uma enorme importância. Não é pouco freqüente que o mestrando procure o orientador e responda à questão inicial sobre o tema de sua proposta de trabalho com respostas do tipo “eu quero trabalhar com Brasil”, ou “com o tema ‘mulher’ ou “com

imaginário. raramente chega à orientação com a necessária transformação do tema em problema (o que costumamos chamar de hipóteses) claramente construída. Neste sentido, preservado o que já foi enunciado anteriormente sobre a presença necessária das dimensões teórica, metodológica e empírica, organicamente articuladas, em teses, dissertações e monografias, seria possível levantar a hipótese que a ênfase nestas três dimensões é diferenciada nos três níveis de trabalho: de uma monografia de final de curso de graduação espera-se, principalmente, uma iniciação aos métodos de pesquisa e de escrita em história. No caso das dissertações de mestrado, a ênfase seria sobretudo temática: em uma dissertação espera-se que o mestrando evidencie sua capacidade de construir um problema e de, em função das hipóteses que formulam este problema, operar com determinados conceitos sobre um corpus documental pertinente e bem determinado. Já numa tese de doutoramento a ênfase seria no aprofundamento teórico e historiográfico, que, no entanto, não prescinde da pesquisa empírica e do cuidado com os procedimentos metodológicos: dela espera-se não apenas uma diferença de nível e de abrangência em relação às dissertações de mestrado mas, sobretudo, uma maior densidade de reflexão teórica e historiográfica.

6. Outro consenso que vem se impondo nos últimos anos é o que aponta a necessidade de *agilização* do fluxo de alunos no mestrado e no doutorado. A golpes de pressão das agências de financiamento que incidem sobre a política de distribuição de bolsas, os Programas de Pós-Graduação de todas as áreas vem procurando diminuir o tempo médio despendido na elaboração de teses e dissertações. Por um lado, cabe reconhecer que, não poucas vezes existe o fato de um exagero no tempo despendido para a conclusão de teses e dissertações, nem sempre traduzido na melhor qualidade destes trabalhos. Por outro é preciso discutir a política das agências, que dilui as diferenças entre áreas e implica na penalização do Programas por falhas eventuais de mestrandos. Nunca será demais afirmar a diferença de trabalhos em ciências sociais e humanas em relação a trabalhos na áreas ditas exatas. No caso da história, dissertações e teses implicam em pesquisa documental substantiva, aprofundamento teórico e confecção de um texto que implica num investimento de tempo distinto daquele exigido por trabalhos de outra natureza. O tempo de formação de um pesquisador em história ;e um tempo mais longo e a evidência desta particularidade deve ser objeto de uma política da área em relação às agências de financiamento, que certamente podem e devem operar com diferenças. Isso não anula, no entanto, a necessidade de uma saudável redução de prazos na conclusão das distintas etapas de formação do historiador.

7. Alguns Programas que exigem o Projeto de Dissertação ou um Pré-Projeto já no exame de seleção possivelmente tenham nesta estratégia uma forma eficiente de lidar com a necessidade de redução de prazos. No entanto, a definição do Projeto antes mesmo do ingresso do mestrando ou doutorando no Programa se, por um lado, pode ser um poderoso elemento de agilização do fluxo de alunos, pode relativizar o impacto do Programa e de sua identidade acadêmica sobre as dissertações e teses. Outros Programas vem lidando com a questão do prazo de outras maneiras: alguns estabelecem 24 meses como o tempo normal para a atribuição de bolsas aos mestrandos, e 40 para os doutorandos, o que permite a substituição de bolsistas em tempo hábil para que a quota de bolsa não seja perdida pelo Programa. Apenas em casos absolutamente excepcionais, com a maior garantia possível de que a dissertação ou tese seja efetivamente concluída em mais seis meses para os mestrandos ou oito meses para os doutorandos, atestada pela entrega de parte substantiva do texto final, e por compromisso escrito do aluno e de seu orientador a bolsa seria renovada até seu limite de 30 ou 48 meses. O problema, no caso, é o desestímulo dos pós graduandos no momento da conclusão de suas dissertações e teses e, naturalmente, o caráter relativo dos compromissos assumidos por alunos e orientadores quanto à conclusão do trabalho. Seria muito interessante a troca de experiências entre os Programas sobre estas e outras formas de lidar com a questão dos prazos e sobre as formas e possibilidades de negociação com as agências de fomento à Pós-Graduação. Não custa lembrar que as experiências anteriores de ação conjunta alcançaram, em grande parte, os objetivos pretendidos.

UMA OBSERVAÇÃO CONCLUSIVA

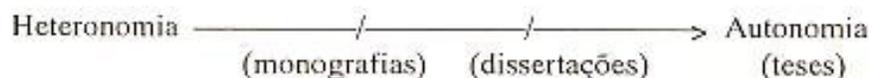
Certamente nível, grau de exigência formal e substantiva, extensão, abrangência, tempo de elaboração, ênfase na iniciação ao método de trabalho, na delimitação temática ou na perspectiva teórica e historiográfica podem parecer como alguns critérios que permitam uma diferenciação entre as monografias de final de curso de graduação, as dissertações de mestrado e as teses de doutorado. No entanto, é a questão da *autonomia na execução* que possivelmente estabeleça com mais clareza as distinções entre monografias, dissertações e teses.

Neste sentido, se imaginarmos um eixo que vá de uma relativa heteronomia acadêmica a uma plena autonomia na proposta e na execução do trabalho, as monografias de bacharelado estariam situadas no plano

da heteronomia, o plano da conquista progressiva e por vezes dolorosa da autonomia acadêmica seria a tarefa e aprendizado das dissertações de mestrado e as teses de doutorado configurariam um primeiros exercício de autonomia acadêmica, o que permitiria eventualmente aos que a concluíssem o domínio das pré-condições para a orientação de trabalhos acadêmicos.

Ainda que a proposta possa resvalar para um certo “evolucionismo universitário”, se for absolutizada e ignorar os avatares que a história costuma a impor aos modelos, ela permite um exercício interessante e estimulante em que a “definição” dos vários níveis de trabalhos acadêmicos se faz na “relação” destes com seu objetivo comum (a formação para a autonomia intelectual no campo da produção em história), escapa à tentação do “receituário para trabalhos acadêmicos” e enfatiza a noção de processo de formação.

Visualmente, o processo para a autonomia no trabalho acadêmico poderia ser assim expresso:



Se levarmos em conta a proposta, não será difícil inferir dela que uma monografia de final decurso de graduação não necessita demonstrar a autonomia acadêmica de seu autor: na maioria dos casos revela a inserção do graduando numa equipe de pesquisa ou como pesquisados auxiliar do professor-pesquisador. Seu trabalho deve demonstrar proficiência na execução das tarefas que lhe foram atribuídas numa pesquisa cuja proposta, geralmente, não é sua. Deve igualmente constituir-se num primeiro exercício de escrita pessoal e mais profissional em história, com tudo o que isso implica. Dentro da mesma lógica, é na elaboração da dissertação de mestrado que se realiza um progressivo afastamento do pleno da heteronomia e deve se dar o aprendizado, o treinamento e os primeiros ensaios da autonomia acadêmica. Talvez exatamente por isso seja o nível mais problemático e também o mais rico em possibilidades e desafios. De um aluno de mestrado espera-se, na elaboração da dissertação, um exercício crítico sobre seu material de trabalho, sobre as possibilidades que seu tema oferece, sobre a produção historiográfica, sobre os procedimentos utilizados, sobre os conceitos com os quais opera e sobre seu próprio trabalho que se constitui, simultaneamente, na condição e na expressão da conquista da autonomia. A tese de doutoramento, por sua vez, pressupõe (ou deveria pressupor, para sermos mais realis-

tas...) a autonomia na proposta, na elaboração, no enfrentamento com o debate historiográfico, nos desdobramentos teóricos e metodológicos, na realização e na redação da pesquisa. De um doutoramento espera-se esta autonomia conquistada e a maturidade para exercê-la plenamente na proposta e na elaboração de uma *tese*.

Como contrapartida ao critério da *autonomia*, é possível apontar com critério de diferenciação subsidiário e complementar aquele apresentado pelo papel e pela *intervenção do orientador na elaboração do trabalho*: se no trabalho de conclusão da graduação sua intervenção é mais direta e de alguma forma “iniciática” e “tutorial”. Sua função é plenamente de orientação e sua intervenção é de “desequilíbrio positiva” na dissertação e é, sobretudo, de interlocução qualificada no caso das teses.

Mais complicado do que definir o papel da função da orientação é, sem dúvida, exercê-la de forma a garantir o efetivo exercício da autonomia dos orientandos. De forma análoga, mais difícil do que redimensionar e agilizar monografias, dissertações e teses é assegurar sua qualidade e seu lugar acadêmico. Talvez por isso mesmo estas “anotações” tenham sentido: elas não são senão pretextos para uma discussão que tem por objetivo expressar e possibilitar a autonomia dos Programas e, pelo saudável exercício da troca de experiências, pelo jogo das convergências e divergências de posições, e pela preocupação comum com a área de História no país, garantir a qualidade do trabalho que desenvolvemos em da Programa de Pós-Graduação.

BELO HORIZONTE
Setembro de 1994.

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. Apenas como exemplos: HERSCHMANN, Micael e LERNER, Katia: *Lance de sorte. O futebol e o jogo do bicho na Belle Époque carioca*. Rio de Janeiro, Djadorim, 1993. e CAMARAGO, Téa. “Olhar urbano de Honoré de Balzac” IN: *História Questões e Debates*. n^{os} 20/21. Curitiba, Apah, 1990. pp.139.
2. A 46^a Reunião Anual da SBPC, realizada no mês de julho em Vitória (ES) foi palco da I Jornada Nacional de Iniciação Científica, com mais de 1500 trabalhos inscritos nas diversas áreas do conhecimento.
3. GAY, Peter. *Os estilos na História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.